



INFORME JURÍDICO

ANO XXVII

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

05 / JUNHO / 2023

PRECEDENTES QUALIFICADOS

02/06/2023 07:25

PRIMEIRA SEÇÃO VAI DEFINIR APLICAÇÃO DE REGRA DE RESTITUIÇÃO DE DIFERENÇAS DE ICMS-ST

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir, sob o rito dos recursos repetitivos, a aplicação da regra prevista no [artigo 166 do Código Tributário Nacional](#) (CTN) na hipótese de substituição tributária para frente.

[Leia mais +](#)

SUSPENSÃO AUTOMÁTICA

DEFINIÇÃO DO CRÉDITO DE PIS E COFINS NÃO DEPENDE DE INDICAÇÃO NA NOTA FISCAL

Por Danilo Vital

[Leia mais +](#)

2ª TURMA

STJ NEGA CESSÃO DE CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI

Os ministros concluíram que esse crédito não pode ser transferido a terceiro por ser um incentivo fiscal destinado à exportação

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais +](#)

STF DEFINE EFICÁCIA DE DECISÃO SOBRE CANCELAMENTO DE PRECATÓRIOS NÃO RESGATADOS

Em sessão virtual, o Plenário estabeleceu que o entendimento não se aplica de forma retroativa.

[Leia mais +](#)

IGNORADAS PELO CONGRESSO, MPS DO COAF, CARF E FUNASA PERDEM VALIDADE

As MPs têm força de lei desde sua edição e vigoram por 120 dias, período em que precisam ser aprovadas pela Câmara e Senado

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília

[Leia mais +](#)

INCENTIVO A EVENTOS

LEI COM AS NOVAS REGRAS DO PERSE É PUBLICADA NO DOU; VETOS JÁ ERAM ESPERADOS

Foram vetados dispositivos sobre a destinação de 5% da arrecadação do Sesc/Senai à Embratur

- **GRASIELLE CASTRO**

[Leia mais +](#)

PGFN DIVULGA PROPOSTAS DE NEGOCIAÇÃO COM BENEFÍCIOS

Adesão está disponível no portal Regularize até 29 de setembro de 2023, às 19h

[Leia mais +](#)

PRECEDENTES QUALIFICADOS

05/06/2023 07:00

INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DO EMPREGADOR SOBRE O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO EM DINHEIRO

Em julgamento sob o rito dos repetitivos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu a tese de que "incide a contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia".

[Leia mais +](#)

PRECEDENTES QUALIFICADOS

05/06/2023 08:10

EM REPETITIVO, PRIMEIRA SEÇÃO DEFINE QUE A DATA DA NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA É O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA

[Leia mais +](#)

RECURSO REPETITIVO

PRIMEIRA SEÇÃO DEFINE QUE IR E CSLL INCIDEM SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

[Leia mais +](#)

NOVO MINISTRO DO STF HERDARÁ ACERVO ENXUTO, MAS COM AÇÕES IMPORTANTES

Entre os temas estão as regras para a nomeação de dirigentes de estatais e o restabelecimento de alíquotas de PIS/Cofins.

[Leia mais +](#)

RECEITAS FINANCEIRAS: TOFFOLI EMPATA JULGAMENTO BILIONÁRIO NO STF

Julgamento ocorre no plenário virtual; por enquanto, há dois votos, um pela tributação e um contrário

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia mais +](#)

STF: MINISTROS TERÃO QUE DEFINIR RESULTADO DE JULGAMENTO SOBRE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

Apesar de terem sido apresentadas quatro teses, advogados entendem que não há chances de se passar a exigir justificativa para a dispensa de trabalhadores

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia mais +](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA E INDICAÇÃO DE ZANIN MOVIMENTAM SEMANA NO CONGRESSO

Feriado de Corpus Christi adiará votação de marco fiscal pelo Senado

[Leia mais +](#)

DESEQUILÍBRIO CONCORRENCIAL

CNI APELA AO STF CONTRA NORMA QUE VETA APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DO ICMS

Apontando violação da não cumulatividade do tributo e desequilíbrio concorrencial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra duas normas do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

[Leia mais +](#)

NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES NÃO PODE SER FEITA, EXCLUSIVAMENTE, POR E-MAIL OU POR SMS

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que a notificação do consumidor sobre inscrição de seu nome em cadastro restritivo de crédito, exige o envio de correspondência ao seu endereço, sendo vedada a notificação exclusiva através de endereço eletrônico (*e-mail*) ou mensagem de texto de celular (SMS).

[Leia mais +](#)

INVESTIMENTOS

PROJETO DE LEI QUE AMPLIA PROTEÇÃO DE DIREITOS DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS E FORTALECE CVM TRAMITA NO CONGRESSO NACIONAL

Mais uma medida, de um conjunto de 13 anunciadas pelo governo federal em 20 de abril deste ano, foi encaminhada ao Congresso na forma de Projeto de Lei

[Leia mais +](#)

REGISTRO DE MARCA

TOFFOLI VOTA A FAVOR DA GRADIENTE NA BRIGA COM A APPLE PELO REGISTRO DA MARCA 'IPHONE'

Gradiente pediu registro da marca no Brasil sete anos antes do lançamento do telefone da Apple

GRASIELLE CASTRO

[Leia mais +](#)

IRPJ/CIDE

STJ MANTÉM IRPJ/CIDE SOBRE PAGAMENTO DE LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

Na sessão, os ministros da 1ª Seção negaram provimento ao recurso de três empresas de telefonia

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais +](#)

STJ

STJ DEVOLVE AO TJRJ CASO SOBRE SELIC NO LEVANTAMENTO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

TJRJ não analisou a alegação do contribuinte segundo a qual a legislação do município do Rio de Janeiro impõe a adoção da Selic

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais +](#)

RELATÓRIO DA REFORMA TRIBUTÁRIA DEVERÁ SER APRESENTADO NA TERÇA-FEIRA

Texto será um relatório das atividades do Grupo de Trabalho; substitutivo às propostas será divulgado quando houver data para a discussão em Plenário

CÂMARA APROVA PROJETO QUE PREVÊ OBRIGAÇÕES A EMPRESAS QUE CAUSAREM DESASTRES

Proposta garante o retorno das pessoas retiradas aos locais de onde foram removidas, desde que atestada a segurança do local

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

[Leia mais +](#)

TRF3 GARANTE ISENÇÃO DE IR SOBRE LUCRO NA VENDA DE IMÓVEL REFERENTE À PARCELA APLICADA NA AQUISIÇÃO DE OUTRO

Para Terceira Turma, Instrução Normativa SRF 599/2005 ofende o princípio da legalidade ao criar restrições não previstas na norma de isenção

[Leia mais +](#)

TRF3 GARANTE ISENÇÃO DE IR SOBRE LUCRO NA VENDA DE IMÓVEL REFERENTE À PARCELA APLICADA NA AQUISIÇÃO DE OUTRO

Para Terceira Turma, Instrução Normativa SRF 599/2005 ofende o princípio da legalidade ao criar restrições não previstas na norma de isenção

[Leia mais +](#)

RETROCESSO PROIBIDO

ACORDO QUE REDUZ DIREITOS SÓ VALE COM AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL, DIZ TST

Por Rafa Santos

[Leia mais +](#)

OPINIÃO

JUNTADA INTEGRAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO NA AÇÃO PENAL

Por Leonardo Dantas da Nóbrega Ruffo

[Leia mais +](#)

TRIBUTÁRIO

APÓS MP 'CADUCAR', EMPRESAS PODEM IR À JUSTIÇA PARA GARANTIR JULGAMENTOS NO CARF

Perda de vigência da MP do voto de qualidade seria uma 'janela de oportunidade' enquanto PL não é analisado

- **MARIANA BRANCO**

[Leia mais +](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)